

HISTÓRIA CULTURAL E EMOÇÕES PATRIMONIAIS

DARLAN DE MAMANN MARCHI E RITA
SOARES POLONI (ORGANIZADORES), PORTO
ALEGRE, CASALETAS, 2022, 204 PÁGINAS.

MARIANA PETRY CABRAL

Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Universidade Federal de Minas Gerais /

Em meio a um contexto global de tragédias humanitárias, eventos climáticos extremos, a pandemia da COVID-19 e a ascensão de governos ultra-conservadores, os estudos voltados ao patrimônio cultural e à memória podem oferecer um instrumental crítico importante no fortalecimento de narrativas históricas inclusivas e democráticas. Esta é a aposta feita pelo Grupo de Trabalho (GT) História Cultural, vinculado à Associação Nacional de História – Seção Estadual do Rio Grande do Sul (ANPUH-RS, Brasil), que precisou passar pelas adaptações ao mundo digital ocorridas com o isolamento social durante o período pandêmico de modo a dar continuidade às ações de pesquisadoras e pesquisadores participantes do GT. Nesse processo, tornou-se evidente a relevância das emoções na constituição existencial do cotidiano, o que incitou a coordenação do GT, guiada por Darlan de Mamann Marchi e Rita Juliana Soares Poloni, a propor a reflexão sobre o papel das emoções na discussão do patrimônio cultural e da memória, inicialmente através do evento Jornada de História Cultural, que se desdobrou posteriormente na publicação do volume “História Cultural e Emoções Patrimoniais”, publicado em 2022 pela editora Casaletas, e organizado por Darlan Marchi e Rita Poloni.

O livro oferece um conjunto diverso e heterogêneo de perspectivas e reflexões sobre usos e discursos do patrimônio cultural, com forte ênfase no trabalho de historiadoras e historiadores, mas que se conectam a discussões patrimoniais mais amplas, alcançando diálogos com o direito, as ciências naturais e a educação. Conforme expresso na “Apresentação” do volume, escrita por Marchi e Rita Poloni, houve um interesse manifesto em

dialogar com o conceito de “emoções patrimoniais”, de Daniel Fabre (1947-2016), buscando ligar as discussões sobre patrimônio cultural com as sensibilidades que perpassam não apenas a percepção, mas também a própria constituição das relações entre pessoas e seus patrimônios. O resultado aparece em um livro composto de doze capítulos, organizados em três seções: (1) “Memórias e Silenciamentos”, com temas ligados a populações indígenas, quilombolas e mulheres, com estudos de caso que salientam o histórico de violência e apagamentos sobre estas populações; (2) “Patrimônio e processos de patrimonialização”, voltado a discussões sobre as políticas patrimoniais e suas tensões nas práticas vividas no entorno dos patrimônios; e (3) “História, meio ambiente e educação”, com contribuições que dialogam com a história da disciplina histórica e seu engajamento com as ciências naturais, e também com relatos de ações educativas que visam ampliar a apropriação local da história e do patrimônio.

Ao todo, o volume conta com contribuições de dezessete pessoas, sendo que oito delas (incluindo a dupla que organiza o volume) são vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil, abarcando discentes, pessoas egressas, e docentes. Este grupo, ainda que partilhando um ambiente comum de discussão, demonstra uma diversidade de abordagens, apontando para um contexto acadêmico prolífico e dinâmico. As outras contribuições, desenvolvidas em instituições do sul e sudeste do Brasil (com uma participante vinculada na região Norte), trazem perspectivas e metodologias variadas, apontando para a potência produtiva da intersecção entre patrimônio, memória e emoções.

Os doze capítulos da obra abarcam majoritariamente contextos geográficos no sul e sudeste do Brasil, mas há um trabalho desenvolvido na Região Norte (Butel & Moraes), outro —de cunho bibliográfico— referente a povos indígenas no Centro-Oeste e na Amazônia (Rocha), e um capítulo tratando de contexto nacional (Pereira). Há ainda dois capítulos com discussões de cunho teórico sem um referencial geográfico específico (A. Poloni; e Knack), um texto sobre o processo de patrimonialização de um local na Venezuela (Contreras), e uma pesquisa sobre os contextos do patrimônio missionário no Rio Grande do Sul e na Argentina (Mumbach). Com isso, o volume oferece um panorama interessante sobre as discussões patrimoniais na América do Sul, ainda que fortemente marcadas por experiências brasileiras.

A primeira seção do livro, “*Memórias e Silenciamentos*”, é aberta com uma discussão sobre o conceito de genocídio e sua aplicação para o contexto da violência de Estado sobre as populações indígenas durante o período da ditadura militar no Brasil. Em “*O Presente que Ecoa a Memória Silenciada – Uma Análise do Genocídio Indígena no Brasil na Ditadura a Partir dos Estágios de Gregor Stanton*”, Flávio de Leão Bastos Pereira aponta os diversos elementos que constituem esse contexto genocida, inclusive o próprio processo negacionista ventilado por setores conservadores, destacando a relevância em defender que a “memória, neste sentido, possui função não apenas reparatória, mas também preventiva” (Pereira, p. 22).

Visando destacar a relevância da prática indígena de adornar os corpos com pinturas, para além de avaliações estéticas, o texto de Mateus Chagas Rocha apresenta um estudo bibliográfico focado sobre dois povos indígenas: Kurâ-Bakairi e Kayapó-Xikrin. Em *“Pinturas corporais indígenas e suas representações: cultura e identidade”*, o autor busca demonstrar as múltiplas dimensões dessa prática cultural, apontando para a riqueza de conhecimentos que os grafismos indígenas carregam.

Com foco sobre o período oitocentista no Rio de Janeiro, Michelle Caetano analisa o contexto abolicionista no capítulo *“Quilombos urbanos: universo cultural de interação entre os ex-escravizados e a intelectualidade liberal na capital do Império brasileiro”*. Sua pesquisa aponta para as relações entre a elite abolicionista e os quilombos estabelecidos na área urbana da cidade, argumentando que o elo entre ativistas abolicionistas e o movimento social negro se fortalece através destes espaços.

A última contribuição nessa primeira seção do livro traz para a cena o universo feminino e a composição da ideia do “gaúcho”. Em *“Paisagens afetivas do Pampa: narrativas femininas na Campanha Gaúcha”*, Loíze Aurélio de Aguiar e Rita Juliana Soares Poloni se debruçam sobre as memórias de duas mulheres oriundas da zona rural do Pampa gaúcho, buscando alterar a hierarquia das narrativas sobre a vida campeira. Ao trazer o enfoque de gênero para a pesquisa, reforçam a conexão entre afetos, memórias e paisagens, entrelaçando história e geografia cultural.

A segunda seção do livro, *“Patrimônios e Processos de Patrimonialização”*, inicia com o artigo de Sandi Mumbach analisando comparativamente processos de patrimonialização na Argentina (Misiones) e no Brasil (Rio Grande do Sul). Com o título de *“São Miguel Arcanjo e San Ignacio Mini: a patrimonialização do legado jesuítico-indígena no Brasil e Argentina na década de 1940”*, a autora expõe, a partir destes dois complexos patrimoniais, como, nos dois países, a consolidação das instituições de proteção do patrimônio histórico e cultural está diretamente ligada com o fortalecimento da ideia de identidade nacional.

A contribuição de Juan Carlos Piñango Contreras discorre sobre outro complexo patrimonial de amplitude, Coro e seu porto, na Venezuela. Seu texto, *“Coro y su puerto, patrimonio mundial en peligro. Viejas y nuevas tensiones”*, destaca a total ausência das populações indígenas e afrodescendentes nas narrativas oficiais, evidenciadas através de mobilizações sociais tensionando o processo de patrimonialização. Neste caminho, como parte do processo de fortalecimento da democracia participativa no país, tem início um modelo de gestão patrimonial participativo. O autor conclui que o patrimônio evidencia as tensões entre diferentes narrativas, e o quanto estão entrelaçadas com afetos e memórias variadas.

No capítulo *“Rastros deixados pelo tacho de cobre no processo de patrimonialização das tradições doces coloniais em Morro Redondo/RS: o que eles revelam?”*, encontramos um percurso de pesquisa atento às conexões entre pessoas, instituições, lugares e materiais, inspirado na teoria ator-rede de Bruno Latour. Andréa Cunha Messias, Diego Lemos Ribeiro e Rita

Juliana Soares Poloni segue o tacho de cobre como eixo relacional para discutir a patrimonialização de práticas doceras no Rio Grande do Sul que foram registradas como patrimônio imaterial do Brasil em 2018. A pesquisa permite evidenciar as múltiplas aproximações e afastamentos entre os diferentes entes, explicitando o quanto estas relações entrelaçam humanos e não-humanos.

Fechando esta seção, André Elias Soares Poloni traz uma discussão de cunho bibliográfico sobre a globalização e seus impactos no turismo comunitário, partindo de uma abordagem relacional. Em *“O turismo comunitário e o patrimônio cultural a serviço do desenvolvimento sustentável local”*, o autor discorre sobre as profundas contradições entre o local e o global, defendendo o potencial do turismo comunitário em fortalecer sentidos locais ao patrimônio cultural, que permite então criar resistências ou mesmo oposições a interesses econômicos na esfera global.

Na terceira seção do livro, *“História, Meio Ambiente e Educação”*, Eduardo Roberto Jordão Knack abre a seção com o capítulo *“Relações entre ciência e história: percursos, permanências e rupturas entre os séculos XVIII e XX”*. Partindo da sua experiência docente e de pesquisa na área, o autor apresenta o percurso das relações entre a disciplina de história e as concepções de ciência, buscando apontar caminhos para entender a história como uma ciência que não reproduza as oposições sujeito-objeto.

Ativando a conexão entre meio ambiente e emoções, Felipe Nobrega Ferreira e Ramon Ribeiro Lucas propõem pensar a história cultural por um viés atravessado pelo clima. Abordando eventos climáticos extremos no sul do Brasil, o capítulo *“Clima e Sensibilidades: O El Niño na cidade do Rio Grande/RS”* traz as variações climáticas como agentes históricos. O tema não poderia ser mais pertinente no momento em que escrevo estas linhas, com uma catástrofe socioambiental no Estado do Rio Grande do Sul, causando inundações e deslizamentos de terra em cerca de 90% dos municípios do Estado e atingindo quase 2 milhões de pessoas (Casa Militar Defesa Civil RS, 2024). Na cidade de Rio Grande, foco da pesquisa de Felipe Ferreira e Ramon Lucas, as águas neste momento alcançam cerca de 2 metros acima do nível normal (Prefeitura de Rio Grande, 2024), invadindo o Centro Histórico e outras regiões da cidade. A pesquisa aponta para a relevância do emaranhamento das experiências das pessoas com os eventos climáticos como chave importante para a investigação histórica, tanto mais significativo neste momento de agravamento da crise climática e os eventos trágicos que o planeta tem vivenciado. O clima, de modo violento e contundente, nos atravessa demandando reflexões urgentes sobre a divisão entre natureza e cultura que ainda guia as práticas científicas. Até quando iremos ignorar o chamado do planeta?

Nos dois últimos capítulos do livro, são apresentadas experiências de ação direta no contexto escolar, apontando caminhos que podem contribuir para transformações concretas na compreensão das relações mútuas entre história e ambiente. Em *“História e cultura dos povos amazônicos em sala de aula”*, Irian Butel e Tobias Vilhena de Moraes

relatam o desenvolvimento de um projeto interdisciplinar realizado em uma escola no município de Parintins, no estado do Amazonas, Norte do Brasil. Com foco no fortalecimento de conteúdos sobre a história e o patrimônio cultural indígena, a experiência destaca a relevância da formação continuada de educadoras e educadores para ampliar o “reconhecimento social e político dos povos indígenas na Amazônia” (Butel & Moraes, p.165), o que é crucial para provocar a reflexão mais ampla da sociedade sobre modos de existência humana no planeta.

Encerrando o volume, Lorraine Marilyn Leonel discute o desenvolvimento de um programa de educação em tempo integral no município de Mariana, no Estado de Minas Gerais, Sudeste do Brasil. Com foco em ampliar políticas de inclusão no ensino fundamental, contribuindo para a formação emancipatória de estudantes, o patrimônio cultural ganhou visibilidade como uma entrada relevante para discussão de histórias e memórias locais. É importante destacar que o Município de Mariana foi drasticamente atingido por um crime ambiental em 2015, quando uma barragem ligada à mineração industrial se rompeu causando degradação ambiental em mais de 240 hectares na calha do Rio Doce e causando 19 mortes (Ministério Público Federal, s/f). Como a autora salienta no capítulo “*Tempo Integral em Mariana-Mg: educação patrimonial em foco*”, a atenção sobre o território produziu um interesse em saberes e histórias locais, valorizando componentes afro-indígenas e reforçando identidades, mesmo entre a população diretamente atingida pelo crime ambiental. Essa experiência de ensino aponta para potenciais estratégias de construção de contra narrativas ao pensamento hegemônico e excludente.

Com este conjunto de doze contribuições originais, o livro “*História Cultural e Emoções Patrimoniais*” oferece um panorama rico e diverso sobre as possibilidades de estudar, proteger e valorizar o patrimônio cultural. A atenção sobre as sensibilidades e as memórias locais, que permeia as três seções do volume, parece uma aposta produtiva no fortalecimento de caminhos para o patrimônio que sejam construídos de baixo para cima, partindo das pessoas e suas vivências para então provocar tensionamento e mudanças nas políticas patrimoniais.

Referências bibliográficas

- Casa Militar Defesa Civil RS (11 de maio 2024). *Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS - 5/11, 9h*. <https://www.defesacivil.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-5-11-9h>
- Ministério Público Federal (s/f). *O Desastre*. <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/o-desastre>
- Prefeitura de Rio Grande (10 de maio 2024). *Inundação da Laguna dos Patos em Rio Grande - Maio de 2024*. <https://riogrande.atende.net/cidadao/noticia/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1715431344555&file=569BA26562554723C24C139C2F887D50673B005F&sistema=WPO&classe=UploadMidia>

Mariana Petry Cabral

<https://orcid.org/0000-0003-0305-5341>

nanacabral75@gmail.com



Es profesora en la Universidad Federal de Minas Gerais (Brasil), se encuentra trabajando en los programas de Licenciatura en Arqueología, Antropología, Ciencias Sociales y Ciencias Socioambientales, así como en los Programas de Posgrado en Antropología (PPGAN-FAFICH) y en Ambiente Construido y Patrimonio Sostenible (PACPS-Escuela de Arquitectura). Es licenciada en Comunicación Social (PUCRS) e Historia (UFRGS), con maestría en Historia de las Sociedades Ibéricas y Americanas (PUCRS) y doctorado en Antropología (UFPA). Fue profesora visitante en el Joukowsky Institute for Archaeology and the Ancient World, Brown University (EE. UU.), como becaria CAPES/PrInt en 2023. Fue coordinadora del Centro de Investigación Arqueológica del Instituto de Investigaciones Científicas y Tecnológicas del Estado de Amapá (IEPA) entre 2005 y 2016. Realiza investigaciones y publica artículos y capítulos de libros sobre Arqueología Amazónica y Arqueologías Indígenas, con un interés especial en prácticas colaborativas y modos de construcción de conocimiento más allá de los límites académicos. Es becaria de productividad en investigación del CNPq (Pq-2).

